

VISTO
BH. 12/03/18

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

FUNDAÇÃO RENOVA
(Fundação de direito privado sem fins lucrativos)

CNPJ/MF nº 25.135.507/0001-83

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO
REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018**

1. **Data, horário e local:** No dia 24 de abril de 2018 às 08h00min, na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 1º andar, bairro Funcionários, na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.
2. **Convocação, presença e instalação:** A reunião foi devidamente convocada conforme as regras previstas no artigo 48 do Estatuto da Fundação Renova, tendo comparecido as pessoas a seguir listadas:
 - 2.1. Sra. Andrea Aparecida Ferreira Anchieta, participando de forma presencial;
 - 2.2. Sr. Carlos Alberto Sangália, participando de forma presencial;
 - 2.3. Sr. Cláudio Bruzzi Boechat, participando de forma presencial;
 - 2.4. Sr. Élcio José Souza de Oliveira, participando de forma presencial;
 - 2.5. Sr. Humberto Savelli B. Gomes, participando de forma presencial;
 - 2.6. Sr. José Geraldo Rivelli Magalhães, participando de forma presencial;
 - 2.7. Sra. Maria Auxiliadora de Fátima Costa Souza, participando de forma presencial;
 - 2.8. Sr. Rogério Pena Siqueira, participando de forma presencial;
 - 2.9. Sra. Ubaldina Maria da Costa Isaac, participando de forma presencial.
- 2.10. Presentes os seguintes representantes da Fundação Renova: Andrea Seif, Especialista em Governança; Sara Juarez Sales, Gerente de Programas Socioambientais; José Carlos Carvalho, coordenador do Comitê Técnico; Andrea Azevedo, Diretora de Desenvolvimento Institucional; Lucas Sardinha, Analista de Programa Socioeconômico – Cadastro de Impactados; Lígia Pereira, Gerente de território; Cynthia Hobbs, Diretora de Planejamento e Gestão; Carlos Cenachi, Líder de Governança de Projetos; Maria Lethícia Mata, Analista de Negociação – Indenização (PIM); Felipe Cavalcante Santos, Supervisor de Negociação – Indenização (PIM); Deivisson da Silva Campos, Supervisor de Negociação do PIM; Thomás Ferreira, Gerente de Território; Fernando Cavalcanti, Analista de Programa Socioeconômico; Carlos Henrique Ribeiro, Gerente Financeiro; Gustavo Salles Nappo, Especialista de Programa Socioeconômico; William Sarayeddin, Gerente de Relações Institucionais; Viviane Aguiar, Advogada; Dihego Pansini de Souza, Analista de Programa Socioeconômico; Heloisa Helena Vasconcelos, Analista de Programa Socioeconômico; Rafael Sânzio, Especialista de Comunicação; Daniela Reis, Líder de Comunicação com Comunidades; Guilherme Almeida Tângari, Gerente de Governança e Riscos; Camila Figueiredo, Analista de Governança; Rafaela de Oliveira Teodorico, Analista de Gestão; e Caroline Fernandes Gomes Coelho, Advogada externa da Fundação Renova.

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

Gabriel Pereira de Araújo
Página 2
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

2.11. Presentes também os representantes da empresa de auditoria Alvarez & Marsal: Luiz Fernando Gronau e Rafael Marchi; os representantes da Synergia: Carlos Epitáfio e Alexandre Benevides; os representantes da Alelo: Mauro Telles e Bianca Valente.

3. **Mesa:** Secretária: Sra. Caroline Coelho

4. **Ordem do dia:**

- (a) Abertura da reunião;
- (b) Acompanhamento das ações das reuniões anteriores e recomendações;
- (c) Panorama dos programas – próximas entregas importantes;
- (d) Relato do grupo de trabalho para critérios de indenização de pescadores;
- (e) Almoço;
- (f) Programa de Indenização mediada: status de indenizações, matriz de danos, pagamentos indevidos;
- (g) Retomada das atividades pesqueiras e aquícolas;
- (h) Debate de temas propostos pelos conselheiros;
- (i) Disponibilização de documentos do Conselho no Sharepoint;
- (j) Encerramento e avaliação da reunião.

5. **Discussões:**

5.1. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat iniciou os trabalhos, apresentando a pauta do dia;

5.2. Sara Juarez esclareceu pontos da reunião anterior sobre o pagamento por serviços ambientais (PSA), e no momento não será necessária uma indicação do conselho consultivo para a coordenação, o processo está em fase planejamento e devido a isso a coordenação do PSA será realizada pelo Sr. José Carlos Carvalho coordenador do comitê técnico. Os conselheiros solicitaram que a Sara mantenha o conselho consultivo atualizado quanto ao andamento do PSA. A Sara destacou que a equipe técnica está estudando a melhor forma de apresentar o plano de manejo de rejeitos para as comunidades; O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat relatou que a discussão sobre o projeto de gestão do conhecimento está avançando e haverá reunião com a diretoria da Fundação Renova no mês de maio para tratar do tema. Discorreu que se estuda a possibilidade de capacitação dos membros do Conselho Consultivo. Mencionou que o texto aprovado na última reunião com as contribuições do conselho consultivo sobre o TTAC Governança foi encaminhado ao Procurador José Adécio e que foi solicitada uma agenda com o mesmo para falarem sobre o assunto. O Sr. Cláudio informou também que houve uma reunião entre o coordenador deste conselho e o presidente do Conselho Curador, ficando definido que ocorrerão reuniões mensais entre os Conselhos Consultivo e Curador e o presidente do Comitê Interfederativo (CIF), Marcelo Belisário;



Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

- 5.3. A seguir, o conselheiro Sr. Rogério Siqueira relatou sua presença, como representante deste Conselho, na reunião do Conselho Curador, dizendo que a reunião foi produtiva e destacou o ponto de discussão sobre a captação alternativa a ser implantada no município de Governador Valadares, no qual o Conselho Curador verificará os pontos levantados pelo Conselho Consultivo;
- 5.4. O conselheiro Sr. Carlos Sangália discorreu sobre um projeto de pesquisa piloto para o repovoamento de peixes e seu monitoramento no Rio Doce, no qual pesquisadores recolherão no próprio rio matrizes de peixes da espécie "robalo" para estudos genéticos, no intuito de serem reproduzidos para posterior recolocação no Rio Doce;
- 5.5. Guilherme Tângari explanou sobre a declaração de conflito de interesse, que deverá ser assinada pelos conselheiros que tiverem eventual conflito. O Sr. Rogério Siqueira informou que é presidente da ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental e que a mesma está coordenando muitos convênios juntamente com a Fundação Renova, devido a isso foi detectado que o Sr. Rogério não pode ser intermediador entre qualquer assunto financeiro envolvendo a ABES e Fundação Renova.
- 5.6. O Guilherme Tângari passou a apresentar o painel de acompanhamento das reuniões anteriores, bem como o acompanhamento das recomendações emitidas pelo Conselho Consultivo, explicando que as vias físicas das respostas da Fundação Renova estavam disponíveis para consulta durante a reunião, a planilha de controle das recomendações será encaminhada eletronicamente, além de estarem disponíveis no SharePoint da Fundação Renova para consulta quando necessário. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat sugeriu que cada resposta seja avaliada pelo coordenador, que emitirá um parecer para análise dos demais conselheiros. Quanto à recomendação nº 02/2018, referente à capacitação dos municípios no âmbito do programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos, o conselheiro Sr. Humberto Savelli sugeriu que fossem feitas parcerias com instituições de ensino para capacitar o corpo técnico dos municípios. Sara Juarez esclareceu que haverá um convênio com a ABES para tal capacitação. Porém, outras formas de parceria poderão ser analisadas futuramente;
- 5.7. Em seguida o Sr. Cláudio Boechat mencionou sobre a minuta da ata da reunião anterior de 22 de abril de 2018 encaminhada por e-mail a todos os conselheiros, questionou se havia alguma discordância, não havendo nenhum questionamento a ata foi aprovada.
- 5.8. Cynthia Hobbs se apresentou como nova diretora da Fundação Renova, sua atuação abrange as áreas de tecnologia de informação, suprimentos, financeira e planejamento. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat sugeriu para pauta da próxima reunião que a Cynthia apresente essa nova diretoria, como será sua plataforma de atuação, objetivos com os processos da Fundação Renova;
- 5.9. Rafael Marchi, sócio da empresa de auditoria Alvarez & Marsal, e Luiz Fernando Gronau, gerente, passaram a tratar sobre a auditoria externa contratada em atendimento ao questionamento deste Conselho para avaliar, no âmbito do programa de indenização mediata (PIM), se na Foz do Rio Doce há priorização de pagamento a pescadores que estejam assistidos por advogados. Esclareceram que trata de auditoria pontual e não do programa como um todo. Nesse sentido, apresentaram: os objetivos da auditoria; a metodologia usada na análise, esclarecendo que não foram analisados critérios de pagamento, mas apenas o fluxo do programa desde o ingresso até o pagamento ao impactado; apresentaram os números e estatísticas dos impactados assistidos e não

VISTO
BH. 12/07/18

Gabriel Pereira de Mendonça
Págin 4
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

assistidos por advogados. A auditoria concluiu que não há priorização de pagamentos a impactados pelo fato de estarem assistidos por advogados. Luiz Fernando Gronau afirmou que atualmente a empresa está analisando o fluxo do programa em aspectos gerais. Os membros deste conselho solicitaram relatório desta auditoria, o que será verificado pela Fundação Renova;

5.10. Carlos Cenachi passou a apresentar o processo de definição dos programas pela Fundação Renova. Andrea Azevedo esclareceu que a operacionalização dos programas é realizada após a definição junto ao CIF, pela área de planejamento. Dessa forma, sugeriu que na próxima reunião sejam apresentados os status de andamento dos programas, iniciando pelos seis programas prioritários, e posteriormente por blocos: socioeconômicos e socioambientais. Carlos Cenachi esclareceu que os 41 programas estabelecidos no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) são distribuídos por eixos temáticos: pessoas e comunidades, terra e água e reconstrução e infraestrutura. Explicou que os programas passam por três etapas: (i) definição (estabelecer diretrizes e resultados; mobilização de conhecimento e identificação de soluções; planejamento do programa e definição de indicadores e metas); (ii) execução (planejamento dos projetos e desenho dos processos, execução em si e apuração dos resultados); e (iii) encerramento (formalização à documentação). José Carlos Carvalho opinou que deve ser analisado qual o papel do Conselho Consultivo neste processo, tendo em vista que as câmaras técnicas que auxiliam o CIF têm um olhar mais técnico e burocrático, ao passo que o Conselho Consultivo tem a visão das comunidades. O conselheiro Sr. Carlos Sangália adicionou que o TTAC estabelece que os projetos dos programas podem ser opinados pelo Conselho Consultivo, que pode, inclusive, emitir pareceres. Sugeriu, portanto, que os projetos sejam apresentados a este conselho antes de serem enviados para aprovação do CIF, para que o Conselho Consultivo possa atuar de forma preventiva, e não de forma mitigatória após projetos já aprovados pelas câmaras técnicas. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza acrescentou que a nova redação que está sendo discutida para o TTAC prevê que a composição do CIF seja mais paritária, tendo maior presença e participação dos impactados, inclusive, com direito a voto. Andrea Azevedo esclareceu que mesmo após a aprovação dos programas pelas câmaras técnicas há possibilidade de alterações. Além disso, após a definição básica do programa pelo CIF, sua execução será construída pela Fundação Renova junto às comunidades. Carlos Cenachi mencionou os próximos passos para definição dos programas, dentre eles: reunião intercâmaras e seminário técnico, este será realizado nos dias 07 e 08 de maio de 2018. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat sugeriu que este Conselho participe desse seminário;

5.11. O conselheiro Sr. Carlos Sangália ressaltou a importância de que o Programa de apoio à saúde física e mental da população impactada seja prorrogado e também que este inclua outras áreas impactadas além de Mariana.

5.12. Carlos Cenachi explicou também como funciona o sistema de governança externa da Fundação Renova, informando que há reuniões mensais entre Fundação Renova e câmaras técnicas, além das reuniões mensais do CIF. Apresentou a pauta da próxima reunião do CIF;

5.13. Na sequência, passou-se a tratar sobre os casos de pagamento em duplicidade do auxílio financeiro emergencial (AFE). Thomaz Ferreira contextualizou a situação para os presentes e esclareceu que houve um erro de transação da empresa contratada para executar o pagamento. Os representantes da Alelo, Mauro Teles e Bianca Valente, explanaram que houve carga duplicada nos cartões em razão dos pedidos de recebimento em conta bancária em detrimento do cartão

VISTO
BH. 12/07/18

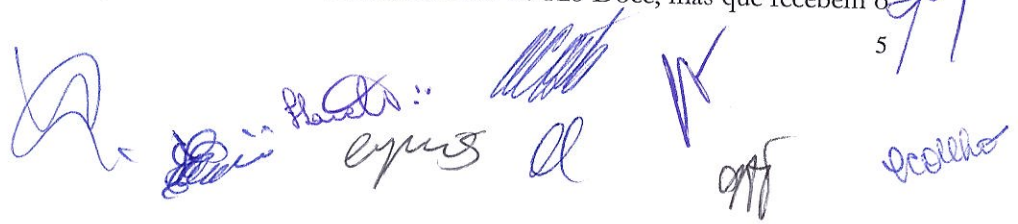
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

disponibilizado, explicando que, por uma falha de comunicação entre a empresa e o banco, houveram créditos tanto no cartão, quanto nas contas bancárias. Ressaltou que os casos identificados a tempo foram imediatamente corrigidos, mas houveram casos em que não foi possível estornar as transações duplicadas, uma vez que os beneficiários já haviam sacado os valores. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza adicionou que foram relatados a ela 65 casos de recebimento duplicado, alguns, inclusive, de três ou quatro débitos idênticos. Mauro Teles respondeu que a Alelo identificou e confirmou somente 25 casos, mas que poderão verificar novamente. Thomaz Ferreira esclareceu que a partir de 25 de abril de 2018 haverá uma alteração imediata na forma de pagamento de todos os auxílios financeiros, com a migração para depósito bancário, ficando pendente apenas os casos relatados, cuja melhor forma de solução está sendo estudada entre Fundação Renova e Alelo. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat questionou o que será feito com os casos em que os valores foram sacados e gastos pelos beneficiários. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza alegou, ainda, que a percepção da comunidade é no sentido de que algumas pessoas estão sendo privilegiadas. O conselheiro Sr. José Geraldo Rivelli acrescentou sua preocupação quanto à segurança das pessoas que receberam tais valores, bem como daquelas que estão denunciando os casos. Gustavo Salles Nappo esclareceu uma proposta pensada para os 25 casos de duplicidade comprovados, com o seguinte fluxo: Fundação Renova atuar como mediadora no contato com o impactado para realizar reunião entre este e a Alelo, que apresentará uma proposta de devolução dos valores duplicados, com possibilidade de contraproposta, no intuito de firmarem um acordo para devolução do valor. O conselheiro Sr. Carlos Sangália opinou que como o equívoco foi exclusivamente da Alelo, é a empresa que deverá operacionalizar a situação. Thomaz Ferreira esclareceu que como a Fundação Renova tem uma política de diálogo com as comunidades, ela intermediará o diálogo entre a contratada e os impactados, deixando claro que atuará apenas como mediadora, ao passo que o acordo será firmado apenas entre a empresa prestadora do serviço e o beneficiário. O conselheiro Sr. Carlos Sangália alertou a criticidade do assunto, que deve ser tratado com cautela para que o ocorrido não influencie a imagem dos impactados. José Carlos Carvalho adicionou que esses casos específicos, apesar de ter sido um erro exclusivo da contratada, afetam a imagem da Fundação Renova. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza sugeriu a realização de uma reunião entre a comissão dos atingidos pela barragem de Fundão, os beneficiários dos 25 casos identificados, Alelo e a instituição financeira envolvida nas transações, sob mediação da Fundação Renova;

5.14. Carlos Ribeiro esclareceu que a Fundação Renova não está atuando somente de forma reativa nesses casos, mas que desde setembro de 2017 vem trabalhando para pagar as indenizações nas próprias contas bancárias dos atingidos, mencionando, inclusive, o convênio firmado com a Caixa Econômica Federal para abertura de contas daqueles que não possuem conta corrente/poupança. Esclareceu que o pagamento do auxílio financeiro via cartão pré-pago foi definido de forma emergencial, mas que o objetivo da Fundação Renova é que todos os pagamentos sejam realizados via depósito bancário;

5.15. Logo após, Gustavo Salles apresentou um panorama do programa de auxílio financeiro emergencial (AFE). Informou que até junho de 2018 todos os casos de elegibilidade para o recebimento do auxílio financeiro deverão ser analisados. A conselheira Sra. Andrea Aparecida Anchieta solicitou que seja elaborado uma relação dos AFE existentes em cada município e cada comunidade e relatou que a entrega de cartões de AFE a pessoas inelegíveis continua ocorrendo, relatando casos de pessoas que não residem ou residiam na foz do Rio Doce, mas que recebem o



Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

benefício. Segundo a Sra. Andrea seria interessante a empresa que entrega os cartões não telefonar para o atingido agendando a entrega do cartão, dessa maneira quem não mora no endereço informado não poderá se programar pra ir receber até a localidade apenas para receber o cartão e com isso seria possível identificar alguns "falsos impactados", pois muitas vezes estes marcam o recebimento dos cartões em pontos estratégicos fora da residência que consta no cadastro. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza sugeriu que a lista das pessoas elegíveis seja levada à ciência das comunidades, para que tenham o reconhecimento social, observando a metodologia de autoidentificação estabelecida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Adicionou que os gerentes de território devem ter conhecimento e serem envolvidos na resolução desses casos;

5.16. Daniela Reis atualizou o andamento dos planos de comunicação da Fundação Renova e sugeriu que sejam apresentados na próxima reunião;

5.17. A Reunião foi suspensa para o almoço;

5.18. Retomada a reunião, Maria Lethicia e Felipe Cavalcante passaram a tratar sobre a política de atendimento do PIM. Esclareceram que há diferença de atendimento no escritório do PIM, onde ocorrem as negociações do programa, e no Centro Integrado de Atendimento (CIA), cujo objetivo é esclarecer as dúvidas e informações para os atingidos. A conselheira Sra. Andrea Aparecida Anchieta sugeriu que o atendimento do PIM seja feito por categoria, onde cada data específica seja dirigida para um determinado grupo de pessoas, de modo a facilitar o atendimento. Felipe Cavalcante esclareceu que não há um escritório fixo do PIM na Foz do Rio Doce, ao passo que o atendimento nessa região se dá por escritório móvel. Deivsson Campos afirmou que analisará o solicitado em conjunto com o gerente de território;

5.19. O conselheiro Sr. Élcio José Souza questionou sobre as indenizações da Associação dos Pescadores de Regência (ASPER), mencionando que todos os associados já foram pagos. Todavia, alega que a ASPER também foi impactada pelo rompimento da barragem de Fundão, uma vez que após o ocorrido houve aumento dos custos em decorrência de maior assistência aos pescadores, de modo que a associação ainda não foi indenizada. Felipe Cavalcante informou que o cadastro da ASPER já foi finalizado pelo programa de cadastro e enviado para o PIM, que, por sua vez, já fez algumas reuniões de negociação com a associação. Já no que se refere à Associação de Pescadores de Povoação (APAP), o PIM identificou que não houve a solicitação de cadastro. Nesse sentido, a Fundação Renova entrou em contato com o presidente da associação para que esta solicitasse o cadastro e, assim, possibilitar o fluxo normal do programa. No que tange à indenização de associações, Maria Lethicia ressaltou que na definição inicial do programa entendia-se que o PIM deveria ser direcionado para pessoas físicas e micro e pequenas empresas atingidas. Entretanto, diante das solicitações, houve nova interpretação e a Fundação Renova alterou a definição e diretrizes do programa para poder incluir as associações como elegíveis ao PIM. A conselheira Sra. Andrea Aparecida Anchieta apresentou alguns casos concretos de negativa de impacto a comerciantes de Povoação e Regência. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza questionou se o gerente de território está ciente desses casos. Andrea Azevedo esclareceu que o gerente de território deve ser envolvido nos programas de forma sistêmica, no qual, caso as situações não sejam solucionadas no âmbito dos programas, sejam encaminhadas aos gerentes. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza sugeriu que todos os gerentes de território participem das reuniões do Conselho Consultivo para informar quais problemas foram mapeados em cada


6

VISTO
BH. 12/07/18

Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

território e quais direcionamentos foram dados. Andrea Azevedo sugeriu que cada gerente envie ao Conselho Consultivo um relatório com estes apontamentos. José Carlos Carvalho sugeriu que os conselheiros acompanhem os casos diretamente com os gerentes de cada região e o que não for solucionado, envolver o Conselho Consultivo. Ficou definido que os gerentes deverão enviar relatórios quinzenalmente;

5.20. O conselheiro Sr. Carlos Sangália sugeriu que o programa de cadastro faça uma campanha para cadastrar os impactados das novas áreas reconhecidas no Espírito Santo;

5.21. Na sequência, Maria Lethicia Mata apresentou o *status* do programa de indenização mediada, informando os números de atendimentos em cada fase do processo. Explicou a implantação da “sala de crise” para dar celeridade ao número de atendimento e pagamento de indenizações que se enquadram em alguma das políticas do PIM ou que o atingido tenha comprovado o dano. Já quanto aos casos em que não foi possível a comprovação dos danos, nem houve enquadramento em nenhuma das políticas, está sendo estudada, paralelamente às ações da “sala de crise”, a construção de uma nova política para atendê-los. Os conselheiros solicitaram que sejam apresentados o número total de atendimentos nessa “sala de crise”, até 29 de junho de 2018, prazo final do PIM; bem como os números de pessoas inelegíveis; enquadradas nas políticas de pesca, cujos casos ainda estão em análise, e sem política específica. Ficou acordado que a Fundação Renova reportará o status do programa quinzenalmente ao Conselho Consultivo. A conselheira Sra. Andrea Aparecida Anchieta ressaltou que, além disso, entende que falta comunicação para as pessoas que não estão enquadradas nas políticas e para os casos que foram solicitados revisão do enquadramento. Andrea Azevedo esclareceu que a “sala de crise” não é uma nova estrutura de atendimento, mas, sim, foi criada para identificar gargalos no sistema, padronizar procedimentos nos atendimentos que já são realizados, de forma a dar celeridade aos fluxos;

5.22. Uma reportagem do Estado de Minas do dia 08 de abril, autoria de Mateus Parreiras, denunciou problemas com os valores de bens adotados na matriz de danos elaborada para o PIM, que estariam muito abaixo da realidade. Lucas Sardinha esclareceu que a Matriz de Danos é um instrumento do processo de avaliação e valoração de bens materiais e atividades econômicas, construída para avaliar de forma isonômica os danos a serem indenizados. Elucidou que no Brasil há normas (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) com metodologias para se chegar ao valor unitário de cada tipo de bem, métodos seguidos para elaborar a matriz de danos a ser utilizada no PIM. Esclareceu que essa matriz está em constante mudança, uma vez que são analisados vários critérios para se chegar a um valor específico, sendo que há bens cujos valores são diferentes a depender do local, características, etc. Dessa forma, a matriz é utilizada como referência para a avaliação do impacto individual. Esclareceu, porém, que não é o único método utilizado, uma vez que só é utilizada para casos em que, apesar de comprovado o dano, não é possível comprovar os seus valores. Por outro lado, caso o impactado comprove o real valor do dano, é este que será indenizado. Nesse sentido, fica claro que a matriz de danos é apenas um dos métodos de precificar os valores a serem pagos a título de indenização. Cláudio Boechat perguntou sobre que resposta foi dada ao órgão de imprensa e foi esclarecido que a posição nesse tipo de situação é não alimentar a polêmica. Cláudio Boechat argumentou que não se deveria deixar a sociedade sem conhecimento de uma resposta e sugeriu que o CCon pode ser um fórum de diálogo com a imprensa nesse e em outros casos;

Lemos

7

Pacheco

VISTO
BH. 12/03/18

Gabriel Pereira Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

5.23. Em seguida, Fernando Cavalcanti passou a discorrer sobre a política de indenização da pesca. Esclareceu que o grupo de trabalho criado pelo Conselho para a construção da política para os casos específicos de pescadores que não têm sua atividade econômica regularizada está cumprindo seu objetivo e que, após pronta, a política será apresentada ao Conselho Consultivo e, posteriormente, enviada para validação do CIF e câmaras técnicas. O conselheiro Sr. Carlos Sangália relatou a reunião do GT que ocorreu no dia 23 de abril de 2018, dizendo que foi muito produtiva e superou suas expectativas, uma vez que a discussão avançou bastante quanto à elaboração de tal política;

5.24. Foi entregue à Andrea Azevedo uma declaração da Associação de Pesca de Povoação (APAP) referente a um caso concreto para análise;

5.25. Logo após, Heloisa Aquino passou a tratar sobre o programa de retomada das atividades aquícolas e pesqueiras, contextualizando como o programa foi definido, sendo que a definição foi protocolada no CIF em fevereiro de 2018. A conselheira Sra. Ubaldina Costa sugeriu novamente que, antes de serem apresentados ao CIF, os programas sejam apresentados para as comunidades envolvidas e ao Conselho Consultivo. Andrea Azevedo sugeriu que, como a definição do programa já está sob avaliação do CIF, a Fundação Renova crie um grupo de trabalho para comparecer à câmara técnica responsável quando esta for discutir o programa, o que foi aprovado pelo Conselho. Heloisa Aquino apresentou os objetivos do programa, quais ações já foram realizadas, bem como o cronograma de futuras ações, ressaltando que muitas ações são vinculadas a outros programas, pela similaridade dos assuntos tratados, como exemplo a sanidade do pescado, cujo estudo está sendo realizado pelo programa de conservação da biodiversidade aquática. O conselheiro Sr. Rogério Siqueira perguntou sobre os resultados das análises dos estudos da qualidade do pescado, sendo respondido por Heloisa Aquino que tais análises são executadas pelo programa mencionado, mas que ainda não são conclusivas, uma vez que o estudo ainda está em andamento. O conselheiro Sr. Carlos Sangália adicionou que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) tem a legitimidade para atestar a qualidade do pescado. Heloisa Aquino ressaltou a dificuldade de se obterem dados de estudos anteriores ao rompimento da barragem para que possam ser comparados com os resultados pós-rompimento. O conselheiro Sr. Rogério Siqueira solicitou que Fundação Renova apresente para conhecimento deste conselho as análises que o programa possui até então. A conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza demonstrou sua preocupação quanto à retomada da pesca, uma vez que tais informações não estão chegando aos pescadores, sugerindo que a Fundação Renova disponibilize às comunidades boletins periódicos, de linguagem simples, para que os pescadores possam se preparar para a retomada da atividade e, inclusive, para o fim da concessão do auxílio financeiro. Heloisa Aquino respondeu que esta também é uma preocupação do programa, que está buscando a melhor forma de executar tal ação. Ficou definido que Conselho Consultivo elaborará uma recomendação a ser encaminhada à Fundação Renova acerca da retomada das atividades pesqueiras;

5.26. O conselheiro Sr. Humberto Savelli mencionou um projeto de repovoamento de peixes, "Barriga de aluguel", que existe em Governador Valadares, sendo esclarecido por Heloisa Aquino que a Fundação Renova tem conhecimento e já está buscando parceria com a instituição de ensino responsável, além de estudar outras parcerias que auxiliem no estudo da biodiversidade aquática;

5.27. Passou-se a tratar dos assuntos trazidos pelos conselheiros. No que tange à captação alternativa de Governador Valadares, o conselheiro Sr. Rogério Siqueira apresentou os

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like "Siqueira", "Aquino", and "Savelli".]

VISTO
BH. 12/07/18

Página 9
Gabriel Pereira de Mendonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018.

questionamentos feitos ao Conselho Curador. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat acrescentou que está elaborando, em conjunto com a conselheira Sra. Maria Auxiliadora Souza, um questionamento a ser encaminhado para a Fundação Renova acerca da qualidade da água do Rio Doce e, posteriormente, apresentarão para sugestões e aprovação deste Conselho;

5.28. A conselheira Sra. Andrea Anchieta relatou que não possui um computador e por isso muitas vezes demora para visualizar os informes do conselho e demais documentos. Por isto solicitou que a Fundação disponibilize um computador para que ela tenha mais agilidade e produtividade no seu trabalho como conselheira consultiva.

5.29. Foi discutida uma proposta de visitas de campo a serem realizadas pelo Conselho Consultivo no primeiro semestre de 2018. O coordenador do Conselho Consultivo Sr. Cláudio Boechat esclareceu que a proposta apresentada foi definida em conjunto com o núcleo de informações institucionais, a partir das sugestões dos conselheiros e dos gerentes de território, prevendo duas visitas: na foz do Rio Doce e em Colatina. O conselheiro Sr. Rogério Siqueira sugeriu que seja incluída uma visita a Barra Longa, e o conselheiro Sr. Carlos Sangália adicionou que seja em maio de 2018;

5.30. Em seguida, foi esclarecido como se dará o uso do armazenamento de dados na nuvem (Sharepoint) da Fundação Renova pelos conselheiros, onde ficarão armazenados os documentos produzidos por este conselho. A área de governança da Renova se comprometeu em entrar em contato com cada conselheiro individualmente, para ajuda-los no acesso à ferramenta;

5.31. Por fim, os conselheiros avaliaram a reunião.

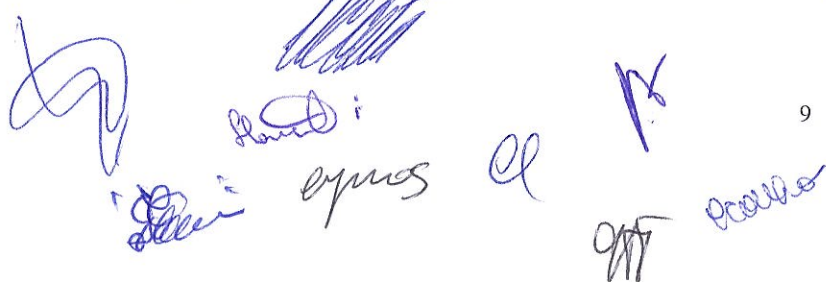
6. **Recomendações:** Cumpridas todas as formalidades previstas na legislação pertinente e no Estatuto da Fundação Renova, os conselheiros presentes, após debates e discussões, aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas, emendas, objeções e/ou alterações as seguintes recomendações:

6.1. Recomendação para a Diretoria: Criar um grupo de diálogo para tratar os casos identificados de pagamentos indevidos (duplicados) entre os seguintes agentes: instituição financeira envolvida nas transações, Alelo, Fundação Renova (incluindo Gerentes de Território), comissões das comunidades locais e as 25 pessoas envolvidas nos casos de pagamentos indevidos.

6.2. Recomendação para a Diretoria, a CTOS e CIF: Para os novos cadastros da Fundação Renova, adotar a metodologia de reconhecimento social de auto identificação estabelecida na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

6.3. Recomendação à Diretoria: Atuar fortemente na comunicação com a sociedade visando informar a população sobre o trabalho de retomada da atividade pesqueira, apresentando ao conselho o plano de comunicação a ser apresentado para sociedade.

6.4. Recomendação à Diretoria: Apresentar os dados técnicos relativos a qualidade da água bruta do Rio Doce e região estuarina/marinha, bem como, a qualidade do pescado com gráficos explicativos de fácil entendimento que apontem comparativo de evolução nos diversos períodos do acidente e históricos, se houver comparando a outros parâmetros pesquisados por outras instituições, com parecer técnico conclusivo.


9

Continuação da ata da reunião realizada às 08 horas do dia 24 de abril de 2018. Gabriel Pereira Pádua Odonça
Promotor de Justiça
Curador de Fundações

6.5. Recomendação à Diretoria: Com o intuito de aprimorar e agilizar o trabalho do conselho consultivo, a Fundação forneça aos conselheiros que solicitarem equipamentos/insumos que auxiliem no trabalho dos mesmos, tais como notebook.

7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata no livro próprio, a qual, tendo sido lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

Belo Horizonte, 24 de abril de 2018.

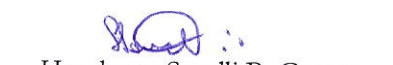


Andrea Aparecida Anchieta
Membro do Conselho Consultivo


Carlos Alberto Sangália
Membro do Conselho Consultivo



Cláudio Bruzzi Boechat
Coordenador do Conselho Consultivo


Élcio José Souza de Oliveira
Membro do Conselho Consultivo



Humberto Savelli B. Gomes
Membro do Conselho Consultivo



José Geraldo Rivelli Magalhães
Membro do Conselho Consultivo


Maria Auxiliadora de Fátima C. Souza
Membro do Conselho Consultivo


Rogério Pena Siqueira
Membro do Conselho Consultivo


Ubaldina Maria da Costa Isaac
Membro do Conselho Consultivo


Guilherme Almeida Tangari
Gerente de Governança e Riscos da
Fundação Renova


Caroline Fernandes G. Coelho
Advogada e Secretária da Mesa